



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Como todos sabem, o período crítico para o desenvolvimento intelectual da criança é entre os 0 e os 6 anos de idade, e são o ambiente e as experiências adquiridas durante esse período que influenciam, profundamente, a criança, e é, essencialmente, por isso, que a criança deve ser exposta quanto antes ao ensino. É sempre melhor prevenir do que remediar, e independentemente de razões psicológicas ou sociológicas, o ensino infantil merece toda a importância. Macau já dispõe de boas bases, e o Governo da RAEM tem dado importância ao ensino infantil, daí a sua inclusão no âmbito do ensino gratuito, condição e premissa extremamente importantes, no entanto, saber como elevar a qualidade do ensino infantil também é algo que se reveste da maior importância. Segundo os padrões internacionais, a avaliação da qualidade do ensino infantil é feita, principalmente, com base no rácio professor/aluno, salário médio dos docentes, orientações sobre os programas de ensino, formação de docentes, orientações sobre higiene e segurança, mecanismo para recolha de dados, articulação entre os ensinos infantil e primário, grau de participação dos pais e planos educativos, entre outros.

A partir do ano lectivo de 2015/2016, o “Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local” passou a ser aplicado a todos os níveis do ensino infantil, as exigências ao nível das competências académicas básicas do ensino infantil também estão quase finalizadas, o texto em causa já está pronto, mas não se sabe se os docentes estão bem preparados.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Os pais, na sua maioria, entendem que “não podem deixar os filhos perder logo na linha de partida”, pois é a fase inicial de ensino que vai permitir à criança aprender a ler, a escrever e a calcular. E o que querem é que os seus filhos sejam talentos, e que dominem mais línguas e conhecimentos matemáticos. E com vista a satisfazer os pais, muitas escolas elaboram os seus programas com o objectivo de conseguirem uma melhor articulação com o ensino primário, por isso é que, nos segundo e terceiro anos do ensino infantil, as crianças têm de fazer inúmeras cópias de textos em línguas chinesa e inglesa, há mesmo crianças que todos os dias têm trabalho de casa, e até ditados. As escolas, na sua maioria, aplicam o ensino por temas (*integrated theme teaching*), mas também há as que aplicam o ensino por disciplina (*subject teaching*), o qual só dá importância à transmissão de conhecimentos em sala de aula, impedindo uma avaliação multivariada.

A aplicação do programa curricular do ensino primário ao ensino infantil é um fenómeno vulgar na sociedade chinesa. Os estudos nas áreas da psicologia infantil e da pedagogia demonstram que esse modelo não contribui para a aprendizagem da criança e aumenta a sua pressão psicológica, podendo mesmo resultar na perda de interesse e em ódio pelos estudos. Com o aprofundamento da investigação pedagógica sobre a matéria, muitos países e regiões já se aperceberam da gravidade do problema, e introduziram medidas legislativas para regular a situação. O Ministério da Educação publicou, em 2011, o documento intitulado Comunicado do Ministério da



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Educação sobre a Regulamentação do Ensino Infantil - Prevenção e Rectificação do Fenómeno do “Programa Curricular do Ensino Primário” no Ensino Infantil. E segundo os objectivos do Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020), o Governo da RAEM também aponta a necessidade de evitar “a tendência de o currículo e métodos pedagógicos do ensino infantil passarem a ser idênticos aos do ensino primário”. Esta constatação demonstra que o problema já mereceu a atenção das autoridades da RAEM que, para o efeito, definiram as “exigências ao nível das competências académicas básicas” para o ensino infantil, e promoveram também a inovação curricular nesse nível de ensino, no entanto, os resultados continuam pouco evidentes. Em primeiro lugar, devido à falta de empenho e à ausência de requisitos e de directivas claras da parte das autoridades educativas para resolver o problema; segundo, porque o entendimento tradicional de alguns encarregados de educação sobre o ensino não foi ainda rectificado; e terceiro, porque continuam a ser insuficientes os apoios atribuídos ao nível dos recursos e da formação de docentes. Considerando que as crianças são o futuro de Macau, há que dar mais atenção à sua preparação, através do ensino, nesta fase das suas vidas.

Nestes termos, interpele sobre o seguinte:

1 – Quanto à introdução de indicadores internacionais e à concretização dos projectos para a melhoria da qualidade do ensino infantil, que plano concreto é que foi definido pelas autoridades?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2 – Na opinião de alguns encarregados de educação, as crianças devem ser preparadas para a concorrência logo no ensino infantil, um entendimento que não será, necessariamente, o mais correcto. As autoridades competentes devem rectificar este entendimento, para que os encarregados de educação aceitem a inovação curricular introduzida no ensino infantil. Como é que vão fazê-lo?

3- As autoridades devem apoiar os infantários no desenvolvimento de métodos de ensino mais activos, atribuindo-lhes os necessários recursos e apoio aos docentes, no sentido de evitar “a tendência de o currículo e métodos pedagógicos do ensino infantil passarem a ser idênticos aos do ensino primário”. As instituições referidas devem ainda ser apoiadas na concretização dos currículos escolares tendo por base o “quadro curricular” e as “exigências das competências académicas básicas”. Como é que as autoridades vão fazer isso?

4 de Junho de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Chan Hong